

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

Parte 1

PREMISSAS METODOLÓGICO-CONCEITUAIS.....	31
1. PREMISSAS CONCEITUAIS	31
1.1. A jurisdição sob perspectiva objetivista: a “atuação da vontade concreta da lei” mediante atividade substitutiva. Do teor eficaz-declaratório ao (quimérico) aspecto sancionatório.	32
1.2. A jurisdição sob perspectiva <i>subjetivista</i> : a mitológica fraseologia “justa composição da lide”.....	44
2. PREMISSAS METODOLÓGICAS	55
2.1. A perspectiva publicista sob as vestes do constitucionalismo (art. 3º da CRFB). (Re)visitando o instrumentalismo e o escopo social da jurisdição.....	55
2.2. Pós-modernidade, hiperjudicialização e fragmentação normativa (pluralismo jurídico).....	69
2.3. A eficiência, o princípio da adequação e sua relação com o “sistema multiportas” de acesso à justiça (<i>Multi-door Courthouse System</i>)	85
2.4. O que é a resolução de conflitos? O <i>ius dicitum</i> na contemporaneidade e sua necessária intersecção com o princípio da igualdade...	101

Parte 2

OS PERFIS DA JURISDIÇÃO.....	111
3. PERFIL HISTÓRICO: A DIACRONIA DA JURISDIÇÃO.....	111
3.1. <i>Iurisdictio</i> e <i>Imperium</i> . Considerações acerca da jurisdição romana clássica. Incursão na gênese do <i>Sacerdotium</i> , <i>Rex</i> e <i>Praetor</i>	112
3.2. <i>Ius commune</i> intermédio e o <i>ordo iudicarius</i> . Excurso acerca do sortimento de instâncias jurisdicionais e a plurivocidade de fontes jurídicas	118
3.3. Interlúdio: a Administração da Justiça Civil no Brasil Colônia. Burocracia, patrimonialismo e particularismo. A plurivocidade de jurisdições e os povos autóctones	126

3.4.	A insularidade estatalista, <i>nova methodus</i> do Estado Moderno e o monopólio da jurisdição	130
3.5.	Estado Constitucional (<i>Verfassungsstaat</i>) e feições da jurisdição contemporânea	143
4.	PERFIL POLÍTICO: INSTITUIÇÃO DE GARANTIA.....	157
4.1.	O (aspecto microfísico do) Poder e suas interconexões com o aparato estatal. A dessacralização da soberania como <i>potestas superiorem non recognoscens</i> e sua pretensa monocentralidade: <i>Iudiciaria potestas pars summi Imperii</i>	158
4.2.	Entre utopias e o mito do monopólio da jurisdição: ressignificando a cláusula da inafastabilidade (art. 5º, inc. XXXV da CRFB) pela bipartição do fenômeno jurisdicional. Justiça participativa-coexistencial (arts. 3º CPC) e o horizonte de sentido possível (art. 16 do CPC).....	179
4.3.	Lineamentos da reserva de <i>jurisdição judicial</i> . Hipóteses e diferenças pragmático-funcionais: a-) instância formal-controladora; b-) controle de constitucionalidade pela via difusa; e c-) o “monopólio da primeira palavra”	194
5.	PERFIL INSTRUMENTAL: SERVIÇO PÚBLICO DE RESOLUÇÃO CONFLITUAL...	209
5.1.	Lineamentos da jurisdição voluntária: anomalia no quadro sistemático das funções estatais? Da secular “administração pública de interesses privados” à contemporânea função de resolução de conflitos	210
5.2.	Órgãos da fé pública. Genealogia e vicissitudes históricas dos serviços registrares-notariais: dos albores até a contemporânea feição da instituição (Lei nº 8.935/94). A jurisdição voluntária pela via da desjudicialização e a reafirmação do <i>iudex chartularius</i> ou <i>ordinarius</i>	232
5.3.	Administração da Justiça como serviço público delegado (arts. 236 e 175 da CRFB). Justiça proporcional (<i>proportional justice</i>) e sua tríplice perspectiva: apropriada-necessária-adequada (<i>geeignet, erforderlich und angemessen</i>).....	258

Parte 3

JURISDIÇÃO EXTRAJUDICIAL NOTARIAL-REGISTRAL	277	
6.	PERFIL ESTRUTURAL: JURISDIÇÃO EXTRAJUDICIAL (NOTARIAL-REGISTRAL).....	277
6.1.	Desjudicialização: notícia histórico-dogmática no país. Análise descritiva e contextualização do fenômeno	277
6.2.	Proposições <i>de lege ferenda</i> : a-) Estruturação da “Curadoria Extrajudicial de Incapazes”; b-) Desjudicialização da tomada de decisão apoiada (<i>sauvegarde de justice</i>); c-) Correção ao disfuncional óbice à	

desjudicialização do inventário com testamento (críticas ao REsp nº 1.808.767-RJ); d-) Tendências europeias na modificação do regime de bens pela via extrajudicial; e-) Produção probatória desjudicializada e o PL nº 487/2013	299
6.3. Bosquejo comparatístico no direito europeu (Espanha, Alemanha, Itália, França, Portugal e Suécia) acerca das atividades executivas desjudicializadas	305
6.4. O caso da execução civil brasileira: breve análise crítica das proposições constantes do Projeto de Lei nº 6.204/19	317
6.5. Desjudicialização da execução fiscal: breve mirada nos Projetos de Lei nº 2.412/2017 e 5.080/2009.....	335
7. PERFIL ORGANIZACIONAL: AS ESPÉCIES DE DESJUDICIALIZAÇÃO	341
7.1. Desjudicialização autocompositiva (art. 42 da Lei nº 13.140/2015 e Provimento nº 67/2018 do CNJ). Excurso em sua sistematização e perspectiva evolutiva: convenção de procedimento participativo, cláusulas escalonadas e <i>online dispute resolution</i>	342
7.2. Desjudicialização adjudicatória-heterocompositiva. Duas veredas: a-) possibilidade da instituição do notário-árbitro sob o prisma do direito comparado (Espanha, Alemanha, Peru, Argentina, Uruguai, Portugal, Estônia); b-) Ley 1183/2008 e a Sentencia C-1159/08 da Corte Constitucional colombiana	364
7.3. Esboço de um paradigma emergente: o devido processo legal extrajudicial notarial-registral. Sua tipologia, extensão e conteúdo ...	391
CONCLUSÕES.....	423
REFERÊNCIAS.....	427